



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 28 DE MAIO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Bom dia a todos. Na qualidade de presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 15ª audiência pública temática para discutir o rodízio de águas e da Prefeitura do Município de São Paulo e Sabesp. Estamos realizando essa audiência em conjunto com a Comissão Extraordinária Permanente do Meio Ambiente, só não foi convocado dessa forma em função da diferença de datas, já tínhamos feito a convocação. A pedido do Presidente da Comissão Extraordinária, nobre Vereador Gilberto Natalini, essa audiência se realizará em conjunto para debater esse tema junto à Sabesp.

Estão presentes aqui representantes da Sabesp, Dr. Paulo Massato Yoshimoto, Diretor de Assunto Metropolitanos da Sabesp e pelo lado da Secretaria de Governo, o Secretário Chico Macena, informou ontem, de que não poderia estar presente, nesse sentido, está representado pelo Sr. Ricardo Gaspar, assessor especial da Secretaria de Governo do Município de São Paulo.

Vou suspender os trabalhos por cinco minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Andrea Matarazzo.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Agradecemos a presença do Sr, Ricardo Gaspar, assessor especial da Secretaria de Governo e Dr. Paulo Massato Yoshimoto.

Com a palavra o nobre Vereador David Soares.

O SR. DAVID SOARES – Muito obrigada pela palavra. Cumprimentar todos os presentes nessa audiência pública e principalmente ao Dr. Paulo que veio aqui prestar esclarecimentos. Há um requerimento de minha autoria da Comissão de Meio Ambiente que vem fazer alguns questionamentos, uma preocupação com minha pessoa, em vista alguns estudos de profissionais como da Dra. Silvia Goube, professora de Ecologia da Unimep, ela afirmou que o tratamento tradicional da água não elimina a contaminação dos metais pesados, que são provenientes da indústria de celulose, tecido tinto solventes. E como não se faz

tratamento adequado, pode liberar na água metais como mercúrio, chumbo e cádmio e ela segue afirmando que provavelmente esses metais estão depositados junto a lama, junto a parte final da água remanescente do sistema Cantareira e lança a preocupação de que possivelmente na hora de extração, pelas bombas, haverá presença desses resíduos, desses materiais. Minha pergunta: a Sabesp está a par disso? Existe um tratamento extra? Há chances de ficar alguma coisa que chega às torneiras das casas das pessoas? Se o senhor pudesse dar um esclarecimento para nós a respeito de como vai chegar a água do volume morto que está sendo hoje bombeada, e qual a possibilidade de haver algum resquício desses elementos químicos que possam chegar nas residências de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Com a palavra o Sr. Paulo Massato.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Bom dia a todos. Quanto a essa questão da qualidade da água, a professora está equivocada, no sentido de que, no fundo da represa do sistema Cantareira, não existe a presença de metais pesados. Metais pesados como já dito ai, decorre de um uso ocupação do solo, com predominância industrial onde indústria vai eliminar, como no seu afluente, algum metal pesado. Na bacia do Cantareira não temos indústrias instaladas que saem dos afluentes metais pesados. Fizemos, de qualquer forma, tomar toda precaução, fizemos coleta, fizemos coleta comum, exigido inclusive no padrão Conama, fizemos coleta do material do fundo das represas e não foi detectado nenhum parâmetro dos 110 parâmetros, mais ou menos, exigidos pelo padrão Conama, não foi encontrado nenhum elemento que ultrapasse os padrões fixados pelo Conama classe I, classe II que permite o tratamento convencional das águas. Sabemos, não há essa preocupação, a população pode ficar tranquila. Não há nenhum metal pesado no fundo da represa do sistema Cantareira.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Com a palavra o nobre Vereador José Police Neto, autor do requerimento, que convidou tanto a Sabesp como a Prefeitura do Município de São Paulo, para discussão do referido assunto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Agradecer o esforço da Comissão em coseguir promover esse encontro, Município/Estado, nesse período. Estamos completando no próximo dia 26, quatro anos, na minha opinião de um contrato dos mais importantes, para o Município e para a Sabesp. Vale lembrar que o maior cliente da Sabesp, nunca teve contrato com a Sabesp e foi com a gestão do Prefeito Gilberto Kassab que foi possível chegar a um entendimento em que a empresa de saneamento pública que o Estado tem passou a ser a prestadora formal. Que até então era uma prestadora informal de serviços na capital. Quando tem um contrato, você assume deveres e obrigações e em cima desses deveres e obrigações que nós realizamos a solicitação deste encontro do Município com o Estado, como controlado social. Na realidade é a Câmara Municipal de São Paulo que deve acompanhar essa relação. A ideia e aí agradeço tanto o Prof. Ricardo Gaspar, como e o Eng. Paulo Massato, a oportunidade deste momento e esclarecimento. O contrato que o Município tem com a Sabesp, guarda um capítulo inteiro para dizer do direito que o cidadão de São Paulo tem às informações do que acontecem, tanto com a reserva e abastecimento como esgotamento e tratamento de esgoto. Temos aqui uma responsabilidade além das relações formais que Estado, no caso Sabesp e Município/Prefeitura, tem entre si, mas que os dois têm com a população da Cidade de São Paulo. Em cima disso que vamos discorrer aqui um conjunto de perguntas depois um conjunto de análises para conseguir sair daqui prestando uma informação que ainda não foi dada à população da nossa cidade.

Questiono a Sabesp e agradeço a presença do Sr. Paulo Massada, quanto tempo foi previsto ou detectado, de haveriam dificuldades no abastecimento da Cidade de São Paulo, em especial do sistema Cantareira?

O SR. PAULO MASSADA YOSHIMOTO – Nobre José Police Neto, é um reencontrá-lo aqui, foi um ator muito atuante na concretização desse contrato entre a Sabesp e a Prefeitura do Município de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo.

Nosso período ideológico, nosso ano ideológico aqui na região Sudeste começa no

mês de outubro. Mês do início da primavera, são os meses, outubro até o mês de março, são seis meses chuvosos que acontecem aqui no Sudeste, depois de abriu a setembro são seis meses secos. Nesses seis meses chuvosos, é que enchemos a represa, as chuvas vão encher as represas, que são utilizadas, regularizando as águas para serem utilizadas no período seco de outono/inverno.

Nossos pedidos, a agência nacional das águas é o departamento de energia elétrica, as vazões que devemos utilizar no sistema Cantareira, já que o sistema Cantareira é um Rio Federal, é formado por Rio Federal, que é o Rio Jaguaribe, e a outorga quem disponibiliza a água, que autoriza o volume necessário para ser utilizado para o abastecimento de água potável para a região metropolitana de São Paulo, são Agência Nacional da Água e o Departamento de água e energia elétrica. No mês de outubro, levando em consideração todo o passado de especificações pluviométricas, fizemos um primeiro pedido e liberação de vazão na normalidade, até 33 metros por segundo que é outorga que a Sabesp Possui para atender a demanda de 8 milhões e 700 mil habitantes da região metropolitana abastecido pela Cantareira.

Assim, sucessivamente, outubro, novembro, dezembro, pedimos a vazões, janeiro. Janeiro pedimos uma redução de vazão, em fevereiro. Nos meses de outubro, e novembro, as chuvas foram normais. Pouco abaixo da média histórica. Dezembro, tivemos um evento extraordinário que choveu muito abaixo da mínima histórica dos 84 dezembros da nossa série histórica. Muito abaixo da mínima. Era um evento anormal, com a probabilidade de ocorrência de menos de 1%, reiteramos em janeiro nosso pedido, depois de vazão em torno de 30 metros cúbicos por segundos, mais no final de janeiro, novamente, com um evento, também extraordinário, aconteceu, novamente uma precipitação abaixo dos 84 janeiros das nossas serie histórica. Probabilisticamente falando, é um evento muito raro, ter dois meses consecutivos com dois recordes de precipitações mínimas: dezembro, janeiro. A partir de janeiro, no mês de fevereiro reduzimos nosso pedido para a ANA e o DAEE, em que

perceberam essa anomalia climática que estava acontecendo e criou-se um comitê de assessoramento a ANA e DAEE para tomar as decisões sobre as novas vazões que viriam para a região metropolitana e seriam liberados para a região de Piracicaba/Capivari/Jundiaí. Esse comitê se reuniu quinzenalmente e tomam as decisões, faz os estudos e sugere a ANA e o DAEE as novas vazões a serem liberadas, são os poderes outorgantes. É evento, depois explicado, pelo INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e pelo Departamento, de Mudanças Climáticas, que houve uma ocorrência de um fenômeno global atingindo, desde a Austrália, passando pela África, Oceano Atlântico, aqui na América do Sul, esse fenômeno global de uma formação de zona de alta pressão, se instalou na região Sudeste na altura de São Paulo, cruzou a América do Sul, pegou o Chile, e no Oceano Pacífico ela fez uma ferradura e foi atingir a Costa Oeste dos Estados Unidos. Esse fenômeno global de alta pressão se caracterizou em todos os locais por altíssimas temperaturas e baixas prestações pluviométricas. Noticiário internacional informa situações críticas de abastecimentos de água, de recursos hídricos na Austrália, aqui no Brasil, região Sudeste, no Chile, acima de Santiago, ainda recentemente, tivemos um grande incêndio com o Presidente Michelle Bachelet no local, atingiu toda a costa Oeste a Califórnia está em estado de crise de abastecimento de água, vários locais, principalmente no Texas, o fornecimento hoje é somente de água de reuso. Não tem mais água nenhuma em uma das represas. Esse fenômeno global também atingiu aqui a região Sudeste, essa zona de alta pressão impediu a chegada das frentes úmidas da Amazônia, que tradicionalmente, no período de Verão desce e fica estacionado sobre a região Sudeste, sobre a região do Estado de São Paulo, e impediu também a entrada das frentes das frentes frias da Antártica, e foi bloqueada na região ali do Uruguai e do Rio Grande do Sul, onde todos devem ter visto o noticiário, na época Porto Alegre com 40, 42 graus de temperatura e também no noticiário internacional Argentina, inundada, porque as frentes frias eram barradas por essas zonas de alta pressão e as chuvas se concentraram na Argentina. Esse fenômeno aqui em São Paulo todos sentiram, tivemos dezembro, janeiro, fevereiro, com

temperaturas elevadíssimas, batendo recorde de temperaturas elevadas. Tivemos muito pouca precipitação. Precipitação baixíssima e essas baixas precipitações ficaram mais intensas, com poucas precipitações, na região Nordeste do Estado de São Paulo, pegando Cantareira e Bacia do Rio Grande que está praticamente zerada hoje e é um problema para o setor elétrico que faz com que em Ilha Solteira temos, somente, um volume de menos 17% e descendo a mais de 2% ao dia, Ilha Solteira, que provavelmente terá de parar de gerar energia. O sistema de navegação está suspenso, praticamente, no Estado de São Paulo, Rio Tietê, decorrente desse fenômeno climatológico que também acabou atingindo o sistema Cantareira.

Não foi possível, não havia nenhum evento climático que pudesse prever de forma mais antecipada essa crise ideológica, que estamos passando, em particular no sistema Cantareira. Por que o sistema Cantareira? Porque ele é o maior, ele atende mais de oito milhões e meio de pessoas, mas também está ocorrendo poucas precipitações na região do Alto Tietê e na região do Alto Cotia.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Deixe só eu tentar precisar aqui a informações. Nós não tínhamos previsão e foi detectado entre dezembro e janeiro, quando as mínimas de precipitação foram reconhecidas como anormais. Então detectou-se em janeiro, por ter sido o segundo mês consecutivo desta anomalia e na realidade não havia nenhuma previsão que algo dessa dimensão acontecesse. É isso?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Perfeito, Vereador. É exatamente isso. E a decisão institucionalmente colocando, foi a decisão da ANA e do DAEE, criando o Getav, que é o Grupo de Assessoramento para Deliberação das Vazões que são feitos em comunicados conjuntos entre a ANA e o DAEE.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Um dos objetivos do contrato entre Sabes e a Prefeitura é assegurar a adequada prestação de serviço de qualidade para as presentes e futuras gerações – texto extraído do próprio contrato. Tendo em visto a operação máxima neste limite sem provimento para estabilidade e oscilação, com que a Sabes pretende recuperar o

sistema Cantareira a partir deste momento?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Primeiro, nós temos que passar ainda o período hidrológico, agora entramos no período de outono-inverno, as chuvas, as vazões continuam sendo abaixo das mínimas históricas, melhor dizendo, em março e abril tivemos chuvas próximas das médias, todavia o solo está muito ressecado e todas as chuvas de março e abril não se transformaram em vazões afluentes para as represas, elas se infiltraram no solo e houve pouca contribuição de vazão para recuperação dos reservatórios e assim continua. Então temos um período ainda a ser enfrentado com baixos níveis de reservação no sistema Cantareira e acho que esse é o grande desafio, como chegamos até o próximo período chuvoso que, teoricamente, ou historicamente, estatisticamente começa a partir de outubro deste ano. Então acho que todo setor, nós, como a obrigação de atender o abastecimento de água da população estamos fazendo a gestão das poucas águas reservadas.

O processo de recuperação, pensando a médio prazo, nós estamos trabalhando muito fortemente há mais de dez anos na redução das perdas físicas e comerciais aqui da região Metropolitana de São Paulo e estamos trabalhando, sempre trabalhamos com uma gestão de demanda, com uma conscientização do uso racional da água. Pode parecer um paradoxo, a Sabesp é uma empresa que vende água, mas ela faz campanha intensamente, durante o ano todo, para que a população use a água de forma racional porque sabemos que estamos numa região de *stress* hídrico, a bacia do Alto Tietê, onde a disponibilidade hídrica não passa de 146 metros cúbicos por habitante por ano, quando a recomendação da ONU é que uma região para ser autossustentável do ponto de vista hídrico tem que ter uma disponibilidade de mais de mais de dois mil metros cúbicos por habitante por ano. Como não vai aumentar a água, a bacia do Alto Tietê é essa já conformada, a outra solução para ser autossustentável, seria reduzir aí, ter uma região metropolitana com algo em torno de três milhões de pessoas e não 20 milhões de pessoas como temos hoje. Como isso não é possível também, nós trabalhamos com importação de água de outras bacias. Um projeto que já está

em andamento é a reversão do Rio São Lourenço, 4,8 metros cúbicos por segundo, uma obra que já está em andamento. Trabalhamos emergencialmente com uma solução para fazer uma integração entre a represa do Jaguari, que fica no município de Igaratá e a represa do Atibainha, que fica aqui na bacia do Piracicaba, Capivari e Jundiá. Temos também outros aproveitamentos já em desenvolvimento como, por exemplo, aproveitar o braço do Rio Pequeno, a represa Billings e aumentar a produção na estação de água do Rio Grande em mais 2,2 metros cúbicos por segundo. Com isso nós teremos uma oferta de água muito maior do que temos hoje. Só ressaltando que pelo nosso Plano Diretor a nossa oferta de água e a demanda estavam equilibradas, nós estávamos produzindo 69 mil litros de água por segundo e nós tínhamos uma capacidade de produção de 73 mil e 500. Então a oferta e a demanda havia um equilíbrio e esse fenômeno climatológico é que faz com que a Sabesp acelere algumas outras alternativas, duas outras alternativas pelo menos, para aumentar a oferta de água para a região Metropolitana de São Paulo como um todo.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Deixe eu aqui explorar mais uma questão dentro desse questionamento. Se contratualmente a Prefeitura e o Estado tem um consenso que você tem que assegurar a adequada prestação, se nós estamos operando próximo do limite sem nesse momento provisão para as estabilidades e oscilações, a gente pode considerar que essa cláusula não foi cumprida?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – De forma alguma. Reitero que a nossa oferta instalada é de 73 mil e 500 litros por segundo, nós estamos produzindo 69 mil litros por segundo, ou seja, nós tínhamos uma capacidade de oferta muito maior do que a demanda dos 20 milhões e habitantes, inclusive os 11 milhões da Capital de São Paulo. Então o contrato está sendo cumprido.

O que se discute hoje é se esse evento climático é uma decorrência, é uma mudança climática, é o degelo da Antártica acelerado que está produzindo isso. Essa discussão é internacional, é o mundo que está discutindo as mudanças climáticas e a Sabesp

hoje tem no seu planejamento a preocupação estratégica de levar em consideração as mudanças climáticas. Mas, geralmente, ainda não há no mundo um encaminhamento de qual devem ser as providências que devem ser tomadas do ponto de vista de estrutura, se de fato as mudanças climáticas estão acontecendo. Então é uma discussão mundial e nós, com esse fenômeno que está acontecendo agora, de fato a Sabesp como prestadora de serviço de abastecimento de água, já estava no seu planejamento, mas ela entra de forma mais forte na discussão sobre o que deve ser feito se de fato está ocorrendo essa mudança climática.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu vou explorar agora o sistema Cantareira. Sistema Cantareira inicia sua forte operação na década de 80. Quais os investimentos que foram feitos da década de 80 para cá na expansão da oferta daquele sistema?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não. O sistema Cantareira foi construído como um todo, foi construído para produzir 33 mil litros por segundo, sua capacidade nominal. Então no sistema Cantareira as represas, os túneis que interligam as represas, a elevatória Santa Inês, que eleva por cem metros as águas até o topo da Serra da Cantareira e a estação, foram todas executadas para atender a demanda projetada de 33 mil litros por segundo. O que houve, de lá para cá, foram as construções ao longo do tempo do meio de transporte, ou seja, as adutoras que saem das estações e foram sendo levadas até os setores de abastecimento. E aí como, de uma forma geral, o planejamento urbano não é um ponto forte na região Metropolitana, da infraestrutura de água meio que corre atrás. Onde que a cidade cresceu? Cresceu mais para a região Oeste, Norte e Sul. Dependendo do crescimento da cidade nós fomos investindo mais no sistema de adução e reservação para atender a demanda. Por exemplo, o último grande investimento no sistema Cantareira foi a construção de uma adutora de dois metros e meio de diâmetro ligando a estação de Tratamento do Guaraú até o Jardim Damasceno, para atender o crescimento explosivo do setor Anhanguera, que foi o setor censitário que mais cresceu na década de 2000-2010. Então, devido ao crescimento explosivo da região de Perus, do setor Anhanguera, é que nós, a

Sabesp, teve que fazer isso, redirecionou todos os investimentos para construir essa adutora e esse reservatório. Então o sistema de adução e reservação foram os investimentos que foram sendo executados ao longo do tempo e continuam sendo executados, principalmente reservatórios, novos reservatórios para atender os aumentos de pico de demanda da cidade, nas áreas onde a cidade mais cresceu.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Então o sistema Cantareira, projetado com 33 metros cúbicos por segundo, não teve nenhum novo investimento a partir do alcance desses 33 metros cúbicos por segundo?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não. Porque as barragens, o dimensionamento das barragens é exatamente para reservar os 33 metros cúbicos por segundo. Para a região Metropolitana, e mais cinco metros por segundo para a região do PCJ. Então, na série histórica, de 84 anos, as bacias hidrográficas dos Rios Jaguarí, Jacareí, Cachoeirinha e Atibainha só pode fornecer essa, na média, esse volume de água. Então não tem sentido buscar ampliar a capacidade de reservação das barragens e muito menos das estações de tratamento e das elevatórias.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – E dentro dessa estabilidade que se projetou dele só operar com 33 e não ter expansão, qual foi o nível dos reservatórios nos últimos 15 anos?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Nós tivemos nos últimos 15 anos, não tenho aqui de memória os níveis de cada um, mas nós passamos a maior parte, diria que 80%, 90% do tempo desses últimos 15 anos com os reservatórios normais, com os níveis atendendo as necessidades de água tanto da região Metropolitana de São Paulo como para a bacia do Piracicaba, Capivari, Jundiaí. Nós tivemos uma crise em 2003, uma crise que durou seis meses, que felizmente as chuvas chegaram em 2004 no Carnaval, eliminando qualquer risco no Cantareira. Nós tivemos inundações, grandes chuvas no período 2009-2011. Os reservatórios ficaram plenos e contribuíram para reduzir as enchentes a jusante das barragens, principalmente na região da Atibaia, Capinas. Então essas barragens principalmente do

Atibainha e do Cachoeira serviram como amortecedores dos picos de cheia para cidades a jus antes. Então eu diria que nos demais anos todos não tivemos nenhuma excepcionalidade.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Você lembra de quantas vezes o nível foi inferior a 25%?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – A 25%, como hoje, somente estamos acontecendo agora, neste ano de 2014. O evento de 2003, é preciso considerar, houve medições até negativas em 2003, mas é porque a referência do zero do sistema Cantareira na represa Jaguarí era a barragem do Jaguarí e não o túnel sete que traz água através do túnel por Cachoeira e para a região Metropolitana.

Na outorga de 2004 a ANA e o DAEE mudaram o zero da represa do Jaguarí. Então, ao invés de ser o zero na barragem, ela passou a ser o zero na captação. Com isso perdeu-se 200 milhões de metros cúbicos que havia entre o zero da represa Jaguarí e o zero da captação no túnel sete. Essa diferença, portanto, nesse período, o nível do Cantareira estava acima dos 25%. As medições que estão no *site* ainda refletem o zero anterior da barragem do Jaguarí. É preciso modificar, fazer uma conta e fazer essa alteração para ver qual era o nível em 2003.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu vou devolver a palavra ao Presidente, porque sei que tem colegas Vereadores querem fazer questionamentos, mas eu vou fazer o mesmo questionamento que fiz ao representante da Sabesp, ao Diretor Paulo Massato, ao Prof. Ricardo Gaspar, o nosso contrato com a Sabesp estabelece uma obrigação que é: “Assegurar a adequada prestação de serviço de qualidade para a presente e futuras gerações”. No caso da crise de abastecimento que enfrenta a cidade de São Paulo, na sua opinião, este objetivo foi cumprido pela Sabesp?

O SR. RICARDO GASPAR – Bom dia a todos. Obrigado, Vereador Police. Em princípio eu tenho a dizer que sim. Nós também compartilhamos a opinião de que o contrato é

um avanço na gestão dos sistemas de água e esgotamento sanitário. As palavras do engenheiro Paulo Massato foram bastante enfáticas no sentido de detectar com precisão um fenômeno climático, as atitudes, as ações que a Sabesp tem desenvolvido no sentido de contornar esse problema, na medida do possível. Nós sabemos que a solução imediata de um problema dessa magnitude só virá com a precipitação, isso é inegável, mesmo porque obra, intervenções nessa área são intervenções de longo prazo, são intervenções custosas, que implicam em ações territoriais complexas, desapropriações, projetos, obras de longa maturação. Sem dúvida, a precipitação pluviométrica, nesse sentido, há ênfase na redução do consumo, que é mais do que adequado, neste momento, no ponto de vista do curto prazo. Essa é uma medida adotada e muito adequada.

O único se não – e faço com toda cautela, levando em conta as palavras do engenheiro, do Paulo Massato, até em nome da Prefeitura, pois ela tem baixa capacidade de ação na área de gestão de águas, o que a atual Administração está tentando reverter, mas há dificuldade – é que sabedores, e minimamente tendo contato com assunto dessa natureza; sabedores da escassez hídrica, que caracteriza a região metropolitana de São Paulo; sabedores do crescimento explosivo que tem sido, de certa forma, atenuado nas últimas décadas, mas mesmo assim intenso especialmente nas regiões periféricas e nas áreas de mananciais, as mais críticas para o abastecimento de água; sabedores do que esse tipo de situação exigiria, pois foi objeto da outorga em 2004, ações preventivas para atenuar o problema com ações alternativas quanto à oferta hídrica, buscando diminuir a pressão sobre o Sistema Cantareira; o se não é colocarmos foco também – além das ações acertadas de equipe altamente qualificada, como há na SABESP – na prevenção, com ações futuras de médio e longo prazo quanto ao planejamento que, no mínimo, foi inadequado ou insatisfatório nos últimos 10 anos para fazer com que a situação não chegasse ao ponto crítico que chegou, para evitar que tenhamos de torcer, quase no sentido místico, para que a precipitação pluviométrica volte à normalidade em novembro deste ano. Se não voltar, sabe Deus!

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Continuando a audiência pública, queria dar a palavra ao Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Presidente, passando eu vi o Paulo e não posso perder a oportunidade para tirar algumas dúvidas.

Falamos aqui de pedir a Deus, de pedir a São Pedro, mas não podemos trazê-los para perguntar por que não mandam água para as cabeceiras dos rios...

Outra coisa, Paulo, é a qualidade da nossa água. Todo mundo está falando do volume morto, eu, particularmente, não estou preocupado. Acho que a qualidade é a mesma, água debaixo ou de cima, essa discussão é meio... Apesar de estarem fazendo análise nas águas transferidas, isso não faz parte da minha preocupação. Mas faz parte da minha preocupação a qualidade da água da Guarapiranga. Nesse sentido, quero conversar com os senhores.

Paulo, estive com vocês há quatro anos ou um pouco mais. Na primeira reunião que fizemos o ex-Governador Serra esteve no Sítio Arizona – o senhor estava presente, a Dilma era Secretária – e nós fizemos junto com Prefeitura - e depois de muita luta minha, conseguimos canalizar a rede de água e esgoto da Chácara Bandeirante, do Jardim Aracati, de toda região. Naquela reunião, restaram dois passivos gravíssimos, e o senhor estava presente, e por isso lhe cobro e darei as razões.

No Sítio Arizona a Prefeitura fez a rede de água e esgoto e estamos desde essa época para comprar um *buster*, uma bomba de água para levar a água para cima. Há cinco anos o povo me xinga, xinga o Governador e todos os governos porque a obra de infraestrutura foi feita no Sítio Arizona, mas faltou equipamento para bombear a água.

Quanto à Chácara Bandeirante e o Jardim Aracati, Paulo, a situação é mais grave. Eu estive com você na SABESP, eu pedi uma estação de bombeamento de esgoto. E por que falo dessa bomba de esgoto? Desculpa a má palavra, mas toda a m... da população, e são quase 200 mil pessoas, todos os dejetos vão pra dentro da nossa caixa d'água, pra dentro da

Represa Guarapiranga. A Prefeitura estava com recursos, foi uma luta terrível conseguir o dinheiro para fazer a rede de água e esgoto, mas a SABESP não comprou a bomba para instalar na estação de bombeamento. Essa é aquela sobre a qual falei com o senhor, e, até hoje não se instalou. Desde aquela época até hoje continuam jogando e o volume de esgoto é cada vez maior na Represa Guarapiranga. Esse é um dos pontos críticos da cidade de São Paulo.

Não adianta brigar, eu ficar me matando para conseguir recursos federais, recursos estaduais – e vocês estavam presentes nesse processo. Eu não consigo o dinheiro... A gente gasta bilhões para fazer o programa de água e esgoto, e não há dinheiro para o bombeamento do esgoto, que será jogado na rede coletora de esgoto já existente. E quem paga a conta? É a Represa Guarapiranga, e o senhor sabe como está. Isso sim é que me preocupa, e não o volume morto da Cantareira. Agora, a Represa Guarapiranga, a qualidade da água, a cada está pior e o senhor sabe o por que de estar ruim.

Essa situação sobre a qual reclamo publicamente é porque estive em audiência com o senhor, eu pedi a compra dessa bomba para ser instalada na Chácara Bandeirante; e bomba para levar água para o Sítio Arizona, porque a rede foi feita, a água chega de vez em quando, de madrugada, uma vez ou outra. E além de faltar água, o grave são os pontos de poluição da Guarapiranga. Falo apenas de um ponto, se for falar de todos, vamos passar o resto dia falando deles.

A qualidade da água da Represa Guarapiranga é que nos preocupa. Todos os córregos, o Córrego Ipasure, ao lado da Avenida Kennedy; o São José, está comprometido. Do Ipasure, eu disse ao senhor, há denúncias de que aos sábados e domingos as empresas jogam produtos químicos na Represa Guarapiranga. No Córrego Castelo, um pouco para frente, a água lá está limpa. No Córrego São José, que vem em seguida, o que está acontecendo? O nível de sujeira está terrível, mas é engraçado, temos rede de água e esgoto e a SABESP não faz a política de ligação na rede de esgoto. E não são precisos grandes

investimentos.

Falta então, além dos pontos que clamei para o senhor, uma campanha de casa em casa. Profissionais para dizer: olha, estão jogando esgoto, liga na rede! Não vai custar nada mais, não é preciso pagar, só liga o esgoto. Temos de ter uma política, sai mais caro pra cidade tratar a qualidade da água do que fazer essa política.

Se eu for ver o Córrego Itupu, esse nós conseguimos recuperar um pouco, ele está um pouco melhor. Mas se for ver o Itapecerica, todo dejetado que vem de Taboão da Serra - para os que não sabem - desemboca na Guarapiranga, na nossa caixa d'água. São três milhões de pessoas abastecidas na zona Sul, vamos abastecer com o rodízio e com o bombeamento d'água.

Vejo pela televisão as críticas quanto ao volume morto, mas a água é ótima. Porém, o que me preocupa – e o Paulo sabe do que estou falando – é a qualidade da água da Represa Guarapiranga e da Billings.

Temos o Programa de Mananciais, que está em nova fase, estamos tratando o complemento dele. Mas não adianta fazer rede de esgoto, toda coleta – na Chácara do Bananal, Sítio Arizona, Veraz Cruz, em toda região – eu canalizo tudo e há um tubo só dentro do esgoto. Precisamos das bombas funcionando.

Quero ouvi-los, mas faço um apelo: em nome da qualidade de vida, é apenas uma bomba que custa menos de 10 milhões de reais, que ajudará 200 mil pessoas, que estão jogando esgoto na Represa Guarapiranga. Esse é o caso da Chácara Bandeirantes, do Jardim Aracati, que é um ponto baixo, nós precisamos dessa bomba. A SABESP precisa providenciar.

O dinheiro para a construção da outra ponte está disponível para o Programa Mananciais, nós conseguimos licença ambiental, licitação, tudo, mas não tem a bomba! A SABESP não dá. E a água, eu espero que o senhor não esteja bebendo daquela água, eu bebo dela, eu moro lá. Mas nós estamos preocupados com a qualidade, e não com o que ouço na televisão: ah, e o volume morto... Eu queria que a água da Guarapiranga fosse de volume

morto, essa é a comparação. Queria que em toda Guarapiranga e em toda Billings estivesse o volume morto, água com qualidade.

Queria que o senhor se pronunciasse especificamente sobre o Sítio Arizona, sobre o Jardim Aracati e sobre a bomba, assunto que tratamos há quase cinco anos, mas não foi comprada.

Não vou me estender, Andrea, se não ficarei debatendo sobre a Represa Billings, sobre a Represa Guarapiranga...

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Parabéns pelo conhecimento que V.Exa. tem da região, aliás, diria até da cidade como um todo.

Tem a palavra o Sr. Paulo Massato, depois volto ao tema com os Vereadores Police Neto e David Soares.

O SR. PAULO MASSATO – Primeiro, quero reconhecer o intenso trabalho do Vereador Milton Leite na região Sul, na região da Guarapiranga. De fato, houve várias reuniões com o Vereador para discutirmos problemas específicos daquele local. É um manancial importante, atende três milhões de habitantes não só da capital, mas da Grande São Paulo. Compartilho totalmente com a preocupação do Vereador sobre a qualidade das águas da Guarapiranga. Já informando que também me abasteço com as águas da Guarapiranga. Pode confiar então na qualidade da água que entregamos da Represa Guarapiranga.

O Programa Mananciais e o Programa Despoluição do Tietê são fortes dentro da companhia, prioritários, já retiramos mais de três mil litros de esgoto, por segundo, da Represa Guarapiranga, que são encaminhados à Estação de Tratamento de Esgoto de Barueri. É um trabalho muito forte implantar todos os emissários e coletores em torno das represas Guarapiranga e Billings, também os condutores, emissários ao longo da Marginal Pinheiros até chegar à Barueri.

A SRA. SANDRA TADEU – Quanto ainda fica de esgoto na Guarapiranga, quanto fica sem tratamento?

O SR. PAULO MASSATO – Eu não tenho esse número preciso, mas trabalhamos fortemente com a Prefeitura de São Paulo, com a Secretaria – o Vereador Milton Leite conhece bem -, há muitas áreas irregulares, algumas foram regularizadas pelo Governador Mario Covas lá atrás. E essa atuação é conjunta com a Prefeitura de São Paulo, e ela precisa regularizar e há um programa de reurbanização dessas áreas. Então, em relação às áreas que estão sendo reurbanizadas, que foram motivo de convênio específico, nós estamos regularizando junto à Secretaria da Habitação, que já foi citado pelo Vereador Milton Leite. Não tenho então o número preciso de quanto falta para fazermos uma cobertura 100%. Não tenho neste momento, mas, claro, tenho na SABESP e disponibilizarei a informação.

A SRA. SANDRA TADEU – Na verdade, a gente diz o quanto fazemos, mas nunca dizemos o quanto está faltando. Isso não é somente na questão dos litros de esgoto, mas em todos os sentidos. Não, estamos tratando a Guarapiranga, são três milhões de litros... Mas não temos o parâmetro do quanto falta. Talvez falte menos do que...

O SR. PAULO MASSATO – Com certeza, Vereadora, falta menos porque o nosso nível de cobertura na Represa Guarapiranga agora está maior. Especificamente, nas localidades Jardim Arizona e Aracati, são áreas que foram reurbanizadas, são 60 núcleos que a Secretaria de Habitação da Prefeitura da cidade de São Paulo, dentro do Programa Mananciais, em convênio com a SABESP, nas quais estão fazendo a reurbanização. Não é possível a SABESP atuar antes da reurbanização. Se a SABESP faz projeto para uma viela e a Prefeitura, em seguida, vai oficializar a via, ao abrir a caixa, ela vai levar toda a infraestrutura de esgoto subterrânea. Só é possível fazer de forma conjunta: à abertura oficial da rua e a implantação da infraestrutura. Por isso há esse convênio, já nas duas últimas gestões, e eu acho foi um grande avanço, pois estamos trabalhando de forma conjunta, SABESP e Prefeitura da cidade de São Paulo.

Especificamente, no Jardim Arizona, Bandeirante e Aracati – Vereador -, no meu conhecimento – mas sem informação oficial - estava resolvido.

O SR. MILTON LEITE – Ainda não.

O SR. PAULO MASSATO – Então, eu dou uma resposta, vou pedir uma audiência para o senhor, se o senhor me der essa audiência eu trago todas essas informações. Desse conjunto discutimos todos os demais conjuntos em torno da Billings e do Guarapiranga, porque nós temos mais de 80 elevatórias, acho que é o maior conjunto de elevatórias de esgoto que nós temos entre Interlagos...

O SR. MILTON LEITE - Só falta a bomba de esgoto da Chácara Bandeirantes, a estação de bombeamento de esgoto da Chácara Bandeirantes. A do Sítio Arizona é a bomba para empurrar a água até o limite.

O SR. PAULO MASSATO – Eu só peço audiência para trazer.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vereador Milton, o Sr. Paulo já ofereceu audiência exclusiva para isso. Eu queria retomar a questão contratual.

OSR. MILTON LEITE – Eu peço desculpas ao Vereador Police para encerrar minha fala. Eu farei contato, Sr. Paulo, para tratar desse assunto especificamente, porque há disposição de todos os lados de resolver. Isso que importa, a disposição de resolver.

O SR. PAULO MASSATO – E só um detalhe, Vereador, Taboão da Serra cai no Pirajuçara, que cai no Pinheiros.

O SR. MILTON LEITE – A parte dele não.

O SR. PAULO MASSATO – A maior parte do centro. Fica uma pequena parte que vai ficar em Embu das Artes.

O SR. MILTON LEITE – Mas a parte que cai é manancial.

O SR. PAULO MASSATO – Mas o maior contribuinte ali é Itapeverica da Serra e Embu das Artes...

O SR. MILTON LEITE – E um braço em Taboão.

O SR. PAULO MASSATO – Não. É muito pequeno, a maior parte é... Enfim.

O SR. MILTON LEITE – Vamos discutir pessoalmente.

O SR. PAULO MASSATO – Só quero dizer que desses municípios que é Rio Embu Mirim, estão todos revertidos para o Pirajuçara já.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu vou retomar aqui o debate do contrato e da gestão de abastecimento de água, recuperando o Título VI, Gestão do Contrato, capítulo 3º para finalizar a primeira etapa da nossa oitava que trata de assegurar a adequada prestação de serviço. O capítulo 3º do Título VI trata de indicadores de desempenho. Ao chegar no dia 26 ao quarto ano do contrato, a pergunta é: qual a avaliação de qualidade dos serviços que já foram desenvolvidos pela Sabesp monitorada pela Artesp, inclusive com acompanhamento da Prefeitura, envolvendo, inclusive, análise de percepção do usuário quanto aos atributos dos serviços prestados. Essa é a cláusula 59, parágrafo único. Então que informação nós temos hoje, quase completando quatro anos, de avaliação de qualidade de serviços, em especial a análise de percepção do usuário, conforme trata o capítulo 59 do nosso contrato.

O SR. PAULO MASSATO – Todos os indicadores do contrato são discutidos, são expostos e discutidos no comitê gestor, com representantes da Prefeitura de São Paulo e do Governo do Estado, são os dois entes da Federação considerados entes concedentes no município de São Paulo, e todos os indicadores estão dentro das nossas metas fixadas contratualmente.

Em relação à pesquisa de satisfação, a última pesquisa de satisfação que nós realizamos, fechando agora 2013, o índice de satisfação entre ótimo e bom na prestação de serviços de saneamento básico na Capital, está em 92% de satisfação. Então entendemos que com esse nível de que 92% dos pesquisados declaram que o serviço prestado é excelente, ótimo ou bom, nós entendemos que estamos cumprindo o que está previsto no contrato com o município de São Paulo.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu vou fazer quatro perguntas em uma só e como passei a cópia dos questionamentos, eu vou reuni-las até para que a gente tenha bastante

velocidade no nosso debate do dia de hoje.

Qual a capacidade da chamada reserva estratégica, mais conhecida como volume morto? Por que essa reserva estratégica foi planejada sem que houvesse meios de ser recuperada facilmente? Se você precisa contratar um sistema de bombeamento dessa reserva é que ou ela não foi projetada para servir como reserva ou houve um erro no projeto que não alcançava o bombeamento previsto originariamente. Você não faz um ralo para abastecer a cidade deixando parte da água fora dele. É quase você criar uma bacia que só consegue extrair da bacia parte do que está reservado. Então, erro de projeto anterior ou era algo que não devia estar sendo extraído? Até para se desmistificar um pouco do que se fala em torno do volume morto ou reserva estratégica. Qual é o custo desse bombeamento? O quanto se pretende se bombear dia até o período das chuvas? Como será pago esse custo? Esse custo extraordinário foi aprovado pelo comitê gestor? Se foi aprovado, a gente gostaria das atas que apresenta essa aprovação e o debate consequente a ela. Se não houve consulta, ele vai ser extraído dos 13% de recursos de interesse da Capital? Então esse é o conjunto de perguntas que a gente elaborou para a questão do volume morto, autorização e consequentes a ela.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Um momento, Sr. Paulo Massato, o Vereador Paulo Fiorilo queria fazer um aparte.

O SR. PAULO FIORILO – Na verdade eu gostaria de fazer duas ou três questões rápidas, mas se ele quiser responder primeiro pode. O Vereador David Soares também tinha pedido.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Se os nobres Vereadores da Comissão de Política Urbana concordarem podemos utilizar o tempo da reunião da referida comissão para continuar os debates.

Tem a palavra o Sr. Paulo Massato.

O SR. PAULO MASSATO – O volume que vamos aproveitar agora é fixado entre cotas, dá 820.8 até 815 lá na represa de Jacareí e a somatória dos volumes e a serem

aproveitados na represa do Jacareí do Atibainha perfazem o total de 182 milhões de metros cúbicos. A reserva técnica existe em todas as barragens, seja no setor hidroelétrico, seja para o abastecimento público, o chamado volume morto faz parte da concepção de um projeto de engenharia, principalmente no setor elétrico. É um volume a partir do qual não se tem mais nível de água para movimentar as turbinas. Da mesma forma, esse volume morto, essa reserva técnica também existe nas barragens, é um projeto de engenharia específico de barragem, não faz parte da especialidade setor de saneamento. As barragens brasileiras, seja Itaipu, seja Ilha Solteira, Juquiá, São Francisco, todas elas tem um volume morto. Então não é uma falha de projeto, é uma concepção de projeto e previsto em todas as represas, em todos os barramentos brasileiros ou internacionais, não é só aqui no Brasil. E ele fica, a cota de transferência por gravidade é 820,8 no túnel sete. Então nós vamos aproveitar entre 820,8 até a cota 815 metros. Esses cinco metros de lâmina de água da represa é que serão bombeados para a entrada do túnel sete, para ser transferido para a represa do Jacareí para a represa do Cachoeira, depois de Cachoeira para o Atibainha e do Atibainha para o Paiva Castro, aqui em Mairiporã, já bacia hidrografia do Alto Tietê. Então não há uma falha, não há normalmente previsão de utilização desse chamado volume morto, esse jargão da engenharia de barragens, e é uma solução que nós estamos dando para manter o abastecimento de água, já que tem a água lá vamos tentar utilizar para não criar o caos na região Metropolitana de São Paulo, particularmente aqui na Capital de São Paulo, cuja mais de 60% da população da Capital de São Paulo depende das águas do sistema Cantareira.

Com relação ao volume diário, todo nosso projeto é um aproveitamento de 20 metros cúbicos por segundo, que é a vazão do Piracicaba, do Jaguarí, Jacareí, Atibainha e Cachoeira, que são, na média, transferidos para atender os oito milhões e meio da grande São Paulo.

O valor a ser despendido, o valor que estamos pagando por essa intervenção é algo em torno de 80 milhões de reais, e ele será apresentado, ele não foi apresentado ao

comitê gestor, mas sim apresentado aos órgãos reguladores e vazão. Ele foi submetido à Agência Nacional das Águas e ao Departamento de Energia Elétrica, que são os órgãos reguladores que definem a vazão que pode ser retirada das represas. Foi citado na reunião do comitê gestor anterior a possibilidade do aproveitamento do volume morto, mas não houve nenhuma grande discussão. Então entendo que é na ata anterior, se não me engano já tem uma citação do aproveitamento desse volume no comitê gestor.

O SR. DAVID SOARES – Se repetirmos o nível de chuvas que tivemos nesse último ano, certamente será uma situação caótica, para não dizer um desastre, mas é possível que isso aconteça nesse próximo ano, entendo eu que vocês estão fazendo manobras até no curso do Rio Paraíba e outros para poder ter uma certa disponibilidade de água. Não sei se está tendo algum convênio com o Governo de Minas Gerais, se vai aproveitar, já que entendo que as águas que abastecem Cantareira vem do Estado de Minas Gerais, da região de lá. Mas fica aqui um questionamento e gostaria que V.Sa. pudesse ver se é errado pensar nisso, há um plano B em caso de total colapso desse sistema Cantareira e o Guarapiranga não ser capaz de manter por muito tempo, no sentido de que há trabalhos científicos ou outros de implementação de usinas de dessalinização, visto que temos o oceano a 50 quilômetros em linha reta, isso foi considerado, está sendo considerado ou ainda não foi pensado pela Sabesp?

O SR. PAULO MASSATO – Vereador, nós estamos fazendo uma gestão mais de curto prazo. É claro que temos que passar ainda um período de estiagem, que é o período de inverno que historicamente chove muito pouco, e reiterar que o que está acontecendo são chuvas e vazões afluentes abaixo de todas as mínimas das mínimas da série histórica. Então nós simulamos, trabalhamos com os 84 anos da série histórica e construímos uma série sintética, portanto, não existe esse fato no passado de em cada mês, se correr nos 84 dados de cada mês, qual foi a mínima ocorrência de chuvas e vazões, e estamos trabalhando com esse série histórica. Portanto, é uma série sintética, estamos criando uma coisa muito

conservadora para nosso planejamento.

Agora, caso esse fenômeno continue, eu não tenho dúvida que a crise será muito séria, eu não tenho dúvida que nós não teremos produção agrícola, não tenha dúvidas que não teremos energia elétrica no próximo ano. É impossível, mantendo esse nível de chuva que está acontecendo agora, e reitero, o Rio Grande está zerado, quem for na divisa de Minas com São Paulo e a bacia hidrográfica é um terço para o Estado de São Paulo e uma boa parte de Minas, mais parte do Estado de Goiás, pegar a barragem de Ilha Solteira, que é toda bacia hidrografia e o Estado de São Paulo contribuindo com águas para Ilha Solteira, metade do Mato Grosso contribuindo, com todos os rios chegando até Ilha Solteira, Ilha Solteira só está com 13%. Nós estamos falando do Cantareira, que é uma bacia muito pequena, cabeceira dos rios...

O SR. DAVID SOARES – Então se considera o mar como alternativa? Já está sendo trabalhado isso?

O SR. PAULO MASSATO – Eu diria o seguinte, se acontecer esse cenário, nós não teremos nem energia para tratar essa água e elevar essa água. A energia vai acabar antes da água se esse cenário persistir.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Quantas vezes, Sr. Paulo Massato, em termos históricos, aconteceram dois anos de muita estiagem como esse? Dois anos seguidos?

O SR. PAULO MASSATO – Nós não temos na nossa série histórica nenhum evento similar ao que está acontecendo agora. Todas as barragens do sudeste brasileiro foram construídas com a pior série histórica de 1952-1953, esse era o balizamento para os estudos de todas as barragens do sudeste brasileiro, todas as barragens aqui no Vale do Paraíba, no Rio Paraná, no Rio Grande utilizaram a série histórica de 1952-1953. O que nós estamos vendo hoje são vazões, chuvas e vazões muito inferiores às de 1952-1953. Se nós tivéssemos produzindo a mesma crise de 1952-1953 em termos de chuvas e de vazões, nós não estaríamos preocupados com Cantareira. Cantareira teria água suficiente até 2015, até maio ou junho de 2015 se estivesse acontecendo as vazões de 1952-1953, que é a série mais

crítica.

Então reforço a minha percepção, os dados que temos, do sistema elétrico nacional aqui na região Sudeste, se persistir essa condição de clima, com certeza acaba a energia elétrica antes da água do sistema Cantareira.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Quando acaba a água?

O SR. PAULO MASSATO – Olha, V.Exa. conhece muito bem Ilha Solteira, Vereador, está com 13%, está chegando três mil e está liberando quatro mil metros cúbicos por segundo. Mais 15, 20 dias eu imagino que vão parar de gerar lá para não zerar a Ilha Solteira.

O SR._____ - Ok.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Paulo, por quê...?

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Espere Vereador Police, deixe o Vereador Paulo Fiorilo. Pela ordem, Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Obrigado, primeiro agradecer, Presidente, da possibilidade de a Comissão de Meio Ambiente participar desta audiência pública.

Sr. Paulo, eu serei breve, queria dialogar com o senhor e o representante da Prefeitura, o Dr. Ricardo Gaspar.

Primeiro, só para que pudéssemos começar com uma uniformidade de informação: do ponto de vista da Sabesp, como se define racionamento?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Do ponto de vista da Sabesp o racionamento é uma redução da vazão dos sistemas produtores, ou seja, nós consideramos que a Sabesp foi racionada pela Agência Nacional das Águas, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica. Porque nós temos uma outorga de 33 mil litros, por segundo, mas hoje está definido, pela Agência Nacional das Águas e pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica, que a vazão para a região metropolitana é de 22.400 litros, por segundo.

Sáímos de 33 m³, por segundo, para 22,8, m³, por segundo. Portanto, já estamos sendo racionados pela ANA e pelo DAEE.

O SR. PAULO FIORILO - Racionamento, do ponto de vista da Sabesp, é redução da vazão, o que aconteceu do ponto de vista da orientação da ANA para a Sabesp há um racionamento?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Sim.

O SR. PAULO FIORILO - Esse racionamento, portanto, da Sabesp para a Cidade, ocorre como?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não. Aí nós temos duas formas – temos diversas formas para...

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Só para entender, Dr. Paulo, o Governo Federal, através da ANA, impôs um racionamento à Sabesp, é isso?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Exatamente.

O SR. PAULO FIORILO - Isso em função da situação das águas no abastecimento, é isso?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – É isso. O racionamento reduziu, nós tínhamos uma disponibilidade para atender 8,5 milhões de habitantes aqui, nós tínhamos a outorga de 33 milímetros por segundo. Então foi racionada a água, nós temos hoje 22,8 por segundo.

O SR. PAULO FIORILO - O senhor ia contar como funciona esse racionamento para o munícipe, aquele que recebe a água.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Então agora, portanto, com a decisão do DAEE, nós temos que reduzir a água produzida, retirando das represas. Nós reduzimos essa retirada.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Ou seja, adequo a retirada...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – A Sabesp poderia ter feito um rodízio.

O SR. PAULO FIORILO - Não optou pelo rodízio.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não optou pelo rodízio. A Sabesp optou por utilizar os mananciais do Sistema Produtor do Alto Tietê, o Guarapiranga e avançar nas áreas que eram abastecidas por águas do Cantareira e hoje são abastecidas com águas do Sistema Guarapiranga ou do Sistema Alto Tietê.

A maior parte da zona Leste, que era abastecida pelo Cantareira, é abastecida hoje com água do Sistema Produtor do Alto Tietê, lá na Estação de Tratamento de Água Taiapuêba.

A outra parte da Capital, a região dos Jardins, de Vila Hamburguesa, o Brooklin, uma parte do Jabaquara, que eram abastecidos pelo Cantareira, hoje estão sendo abastecidos com águas do Guarapiranga.

Fizemos mais, ainda: além dos avanços, nós entramos com o programa de bônus. Hoje, 90% da população que mora na área do Cantareira aderiram à campanha do bônus. Quem reduz em 20% o seu consumo tem um desconto na conta de 30%; 90% da população reduziram hoje já o seu consumo. Somente 10% da população não aderiram.

A outra ação foi uma redução forte do nosso programa de perdas. Nós atuamos acelerando o programa de redução de perdas, fizemos a gestão de demanda, isso permitiu reduzir no Sistema Cantareira 9 mil litros de água, por segundo. Estamos produzindo menos 9 mil litros de água, por segundo, atendendo o racionamento imposto pela ANA/DAEE e sem prejudicar a população.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Paulo, só para eu entender, o senhor também está diminuindo a distribuição na mesma proporção para o município. Também há redução da vazão? Essa é a minha pergunta, eu queria entender isso.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não, para a população...

O SR. PAULO FIORILO - Não houve redução de vazão para o município?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não.

O SR. PAULO FIORILO - Não houve. Vocês equilibraram a partir dessas iniciativas?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – A partir dessas iniciativas nós conseguimos atender a determinação da ANA/DAEE.

O SR. PAULO FIORILO - Sem redução de vazão?

- Manifestações simultâneas.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não. A vazão foi reduzida.

O SR. PAULO FIORILO - Portanto, a vazão também para o munícipe houve uma redução?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não. Claro que não. Não tem nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - O munícipe reduziu o consumo.

O SR. PAULO FIORILO - Sim, mas nem todo mundo reduziu o consumo.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Dez por cento.

O SR. PAULO FIORILO - Continuou com o consumo.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Dez por cento continuou com o consumo.

O SR. PAULO FIORILO - Então o senhor está dizendo que como 90% reduziram o consumo a vazão, que foi reduzida pela Sabesp, se equilibrou. É isso?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Exatamente. Nós avançamos com água – reiterando – avançamos com água...

O SR. PAULO FIORILO - Isso eu entendi. Eu estou querendo saber da vazão da Sabesp para a Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Ou seja, hoje, Paulo Massato, está

equilibrada a demanda com a oferta.

O SR. PAULO FIORILO - Não, mas é que a minha pergunta não é de rodízio, é de racionamento.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - A sua pergunta é saber, racionamento é do Governo Federal para São Paulo.

O SR. PAULO FIORILO - Isso, e o Governo do Estado fez...

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não. Não.

O SR. PAULO FIORILO - ...com que as pessoas deixassem de consumir mais água, porque diminuiu a vazão. É óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não fez. Fez a campanha e a Sabesp atende a demanda hoje de água. Não é isso?

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Paulo, está claro, eu entendi. Eu queria falar um pouco rapidamente sobre o contrato. Quantos contratos a Sabesp têm com os municípios do Estado? Com quantos municípios a Sabesp tem contrato hoje?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Trezentos e setenta.

O SR. PAULO FIORILO - Metade, um pouco mais da metade?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Isso.

O SR. PAULO FIORILO - Eu queria fazer uma pergunta para o senhor: todos eles, todos os contratos que a Sabesp assinou, inclusive com o Município, nenhum deles prevê penalidade à Sabesp em caso de não fornecimento de água?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não, que eu me lembre não.

O SR. PAULO FIORILO - Nenhum? Nem o nosso?

O SR. JOSÉ POLICE NETO - O nosso sim.

O SR. PAULO FIORILO - O nosso não, penalidade.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Temos que cumprir...

O SR. PAULO FIORILO – Há ali a questão do investimento, mas penalidade não.

Não tem nenhum artigo. Depois o senhor me passa o artigo.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não, quem tem que regular a qualidade do serviço é a ARSESP. Isso foi acordado, está no contrato.

O SR. PAULO FIORILO - Mas não há no contrato penalidades.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – A ARSESP é quem pode penalizar a Sabesp, porque foi acordado contratualmente, que quem fiscaliza prestação e a qualidade é a ARSESP.

O SR. PAULO FIORILO - Mas no contrato não há penalidade prevista. Há pela ARSESP se ela impuser penalidade.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Sempre, em todos os contratos, seja de telecomunicação, de energia elétrica, ou de saneamento, não há nos contratos a penalidade. É o órgão regulador que penaliza, seja a ANEEL, seja a ANATEL, seja a ARTESP, seja a ARSESP, elas que penalizam.

O SR. PAULO FIORILO - Duas últimas questões: existe, por parte da Sabesp, algum estudo da utilização das águas dos rios que cortam a Cidade para dirigir essas águas, o excesso delas, para os reservatórios?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Desculpe, não entendi.

O SR. PAULO FIORILO - Vou refazer: existe, por parte da Sabesp, algum estudo da utilização do excedente de águas dos rios que cortam a cidade de São Paulo, não do Paraibuna, dos rios.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Bom, aqui na Bacia do Alto Tietê, onde está localizada a Capital de São Paulo, todas as nascentes do Rio Tietê estão regularizadas, possuem barragens. É a única forma possível de atender a demanda de 20 milhões de habitantes, inclusive os 11 milhões da Capital, é regularizar rios. Teria que construir barragens para armazenar as águas de verão, aliás, por sinal, neste ano não houve uma única inundação, tão poucas chuvas que tivemos.

Toda cabeceira, seja lá no Município de Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, Suzano, Cotia, São Paulo – que é o Guarapiranga -, São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema, todas as nascentes do Rio Pinheiros e do Rio Tietê são represadas e regularizam as águas que cortam a capital de São Paulo.

Os córregos pequenos tipo Mandaqui, Moinho Velho, (Ininteligível) não possuem, são totalmente ocupados, não é possível construir barragens nesses córregos para regularizar a água e aproveitar para o abastecimento público.

O SR. PAULO FIORILO - Não há estudo nesse sentido.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não há e tecnicamente seria inviável e a disponibilidade de água em cada córrego desses é muito pequena. É um litro por segundo, quando a demanda dimensional nós vamos sempre trabalhar com metros cúbicos com segundo, que é mil vezes a vazão.

O SR. PAULO FIORILO - Por último, o senhor fez referência ao trabalho de reduzir perda de água. Matérias publicadas recentemente mostram e questionam aquilo que a Sabesp contratou e da forma como contratou e que a redução não foi exatamente aquilo que se previa, mesmo que tenha reduzido pequeno percentual. O que a Sabesp está fazendo para sanar essas irregularidades que foram apontadas, inclusive com a abertura de inquérito por parte do Ministério Público?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Bom, primeiro: nesses períodos de crise surgem muitos especialistas e a gente tem que responder, claro temos que prestar contas a todas as demandas que surgem.

Com perdas, também, não poderia ser diferente. Nós estamos hoje com um nível de perdas na região metropolitana de São Paulo, perdas totais, de 25%; perdas físicas hoje estão em torno de 17%. Temos que buscar aperfeiçoar e reduzir essas perdas, não tenho dúvida, mas se comparado internacionalmente a região metropolitana de São Paulo tem perdas melhores de grandes metrópoles mundiais.

Não dá para comparar a perda de uma região metropolitana com uma cidade de 10 mil habitantes. Comparando metrópoles do mundo todo, o índice de perdas da região metropolitana está bastante adequado.

Todo mundo cita a perda no Japão em torno de 8-10%. O programa de perdas no Japão foi executado em 50 anos. Nós estamos fazendo em pouco mais de 15 anos o que o Japão fez em 50 anos e não temos o recurso. O Brasil ainda não é um país que tem recursos necessários para se fazer soluções tecnológicas, principalmente na troca de infraestrutura.

Não é possível imaginar que a Sabesp, o Governo ou o Município tenham recursos econômicos para trocar toda a sua rede, como foi feito, por exemplo, em Los Angeles, em curto espaço de tempo, ou seja, em 5, 10 anos.

Nós temos 40 mil quilômetros de rede, quarenta milhões de metros de rede enfiados no subterrâneo da região metropolitana.

Esse é um programa de longo prazo, nós estamos com todas as providências tomadas, com financiamentos internacionais, para manter um programa de perdas. O programa de perdas é essencial, é ter continuidade, ela não pode oscilar de uma Administração para outra. Uma Administração entra e prioriza a perda; a outra sai, vem e não prioriza perda, vai priorizar esgoto. Então, isso não pode acontecer, e a Sabesp se estruturou, obtendo financiamento internacional para garantir que o Programa de Perdas seja perene dentro da empresa. E os nossos percentuais são muito adequados. Vamos prestar todas as informações requisitadas pelo MP. Está lá na minha mesa. E levar todas as explicações.

Entendo que tenho colegas do mundo todo, como o Presidente da associação de perdas da American Water Work Association, o Giulian Torton; o Ross Schmitdt é lá da África do Sul, da Austrália, que fazem o grupo da International Water Association, já estiveram no Brasil, acompanham nosso Programa de Perdas. E nós temos convicção, corroborada por todas essas autoridades internacionais de perdas, de que o Programa da Sabesp está no caminho certo, está com bons resultados.

Sobre a discussão de se atingiu ou não se atingiu, por nossas metas fixadas, já atingimos e ultrapassamos. Então, confesso que não sei de onde surgiu essa afirmação de que não atingimos os patamares.

O SR. PAULO FIORILO – Ok, obrigado. Devolverei a palavra ao Presidente.

O SR. RICARDO GASPAS – Sr. Presidente, posso apenas fazer um pequeno adendo?

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Se o Vereador Police concordar...

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Não, tentarei ser bastante objetivo para poder concluir. Duas questões me preocupam bastante e ainda não abordamos. A primeira: o contrato é claro ao estabelecer garantias, seguros, sanções e penalidades. E uma delas que é bastante importante é a exigência de comunicar o usuário e a Prefeitura acerca de anomalias no fornecimento. E nós tivemos anomalias no fornecimento. Podemos não ter um racionamento, podemos não ter um rodízio, mas tivemos interrupção no fornecimento na Cidade nesse período em que se substitui a fonte de abastecimento, quando você deixa de abastecer pela Cantareira e passa a abastecer pelo manancial Sul, sem dúvida alguma, você interrompe o fornecimento. Quero saber: como foi feito o comunicado à Cidade, ao usuário?

O SR. PAULO MASSATO YASHIMOTO – Em relação à Cidade, fizemos uma apresentação no Comitê Gestor. Entendo que foi satisfatória. Não tivemos outras demandas por parte da Prefeitura de São Paulo. E, à população, a comunicação está presente todos os dias – agora, graças a Deus, sumiu um pouco da imprensa - , pois passamos *releases* para a imprensa, seja televisiva, mídia escrita, jornais de bairros e, em alguns casos específicos, até com reuniões nas comunidades. Fizemos algumas reuniões com líderes de comunidades em locais específicos para mostrar. Estamos levando todas essas informações, inclusive para pedir adesão da população. Fizemos comunicados através de entidades de classe, tipo Secovi, Associação Brasileira de Empreendedores, Associação dos Supermercados e em todas as entidades a que contatamos fomos bem recebidos e levamos as comunicações de tudo o que

estávamos fazendo. E pedimos a ajuda, a colaboração, para que houvesse o aumento da consciência individual para o benefício da coletividade.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Paulo, quero separar a campanha que a gente faz para educar para o consumo ser reduzido do comunicado oficial de que o Governo Federal, numa decisão da ANA, retirou 9.000 metros cúbicos/segundo. Então, chega um certo momento em que o Governo do Estado, via Sabesp, vem à sociedade e diz: “A partir deste mês está reduzido...” – e aí você deu uma informação oficial, como rege o contrato. “A partir de agora, nós interromperemos o fornecimento para o Brooklin e passaremos a fazer...” Então, a população dali sabe, tem a informação prevista no contrato. Eu sou morador de região em que houve a substituição e não vi nenhum comunicado. Talvez porque eu seja uma pessoa pouco atendida, não acompanhamos os veículos de comunicação. Eu entro todo dia no *site* da Sabesp para ver, primeiro, o nível de cada um dos reservatórios. Em nenhum momento, as informações que são trazidas no dia de hoje foram tornadas públicas para a sociedade. Tanto é que muitos aqui se assustaram com a informação de que 9.000 metros cúbicos foram suprimidos pela ANA.

A questão não é o quanto tem se debatido, o quanto tem-se estudado e o quanto não se quer restringir consumo por medida de força, seja por multa, seja por penalidade, mas a informação, princípio básico – “prestar informação ao cidadão”. No caso aqui, não é nem princípio, mas cláusula contratual, que pode ter sido violada. Aí, erra a Sabesp em não informar e erra o Município – no caso o Conselho Gestor – ao não fiscalizar o que é essencial. Então, essa me parece uma questão fundamental, porque ela é anterior ao resto. Estamos falando do direito básico à informação.

Sabemos que a imprensa vem investigando para obter informação. Vemos uma parte ponderável do jornal *O Estado*, uma parte ponderável das tevês acompanhando isso, mas para investigar. Mas o contrato define o oferecimento da informação.

O SR. RICARDO GASPAR – Apenas um aparte. Eu gostaria de saber quando a

ANA determinou essa redução.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – São três comunicados conjuntos. Está no *site* da ANA, está no *site* do DAEE essas resoluções conjuntas, definidas as razões. Uma foi em fevereiro, março e agora outra em abril. Então, todos os comunicados do GEPAG, do Grupo de Assessoria e todas essas resoluções conjuntas estão disponíveis no *site* da ANA e do DAEE.

O SR. RICARDO GASPAR – Obrigado.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Vereador Police, nós, Sabesp, entendemos que essas informações estão disponíveis, seja no *site* da Sabesp, seja na comunicação. Muitas dessas informações que neste momento estou transmitindo a esta Casa levamos para a sociedade através de vários canais. Temos dificuldade em fazer uma comunicação mais ampla, casa a casa, mas entendemos que nós passamos essas informações para os jornalistas das televisões, dos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado, Dr. Paulo. Por favor, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO GASPAR – Acredito que o Sr. Paulo Massato é um especialista internacionalmente conhecido, então ele presta as informações com muita clareza e poder de convencimento.

Paulo, apenas um esclarecimento, com relação à pergunta formulada pelo Vereador Paulo Fiorilo. Você disse que o racionamento é entendido pela Sabesp, por intermédio dessa redução, e essa redução de 9.000 litros foi e tem sido enfrentada com busca de fontes alternativas – sem dúvida –, como o programa de bônus, o programa de redução de consumo, que, pelas informações, tem tido um ótimo resultado, pela intensificação do Programa de Perdas e – não sou eu que digo aqui, mas a imprensa, representantes da Sabesp. Há dois dias atrás, na segunda-feira, houve a plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, e o representante da Sabesp disse textualmente sobre a redução na

pressão. Isso é importante? Posso estar talvez com uma terminologia inadequada, mas é importante que se diga que a redução na pressão eu acho que até é uma medida necessária, adequada, mas que afeta a torneira, as residências, afeta parcelas da população de São Paulo - pelas informações dos especialistas, aquelas parcelas da população residentes mais distante, ou seja, na periferia da Capital, ou em locais de topografia elevada. Então, eu acho que esse elemento do racionamento – entre aspas – é um elemento importante no sentido de gerir uma vazão, uma autorização de vazão diminuída por parte dos órgãos gestores.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Antes de o Sr. Paulo responder, vou pedir desculpas a todos, pois terei de sair, mas voltarei logo mais. Na verdade, a pergunta número 10, que eu faria agora, acabou sendo feita pelo Ricardo, que é: a redução da pressão nos canos no período noturno, adotada há alguns meses pela Sabesp, foi comunicada à ARTESP, à Prefeitura, ao usuário, como previsto no contrato? Na realidade, aqui, estamos tentando tornar transparente todo esse processo. E a segunda questão, que trata da transparência: nenhum dos anexos contratuais que estabelecem a questão do controle de qualidade estão à disposição da sociedade. Nós tivemos de solicitar formalmente, porque eles não estão à disposição. Então, para não haver uma falsa impressão de transparência, nem para nós, nem para a sociedade, quero já deixar solicitado, tanto à Prefeitura como ao Estado, que deixem no ar os anexos que dão comando ao contrato. Se não, tudo o que nos esforçamos para controlar socialmente esse contrato, não acontece. Então, os anexos que dão os planos de metas e as possibilidades de ver desempenho têm de estar expostos. Não adianta reunir-se uma vez a cada 15 dias, ou a cada 2 meses, para aquele grupo se falar, e os 20 milhões de habitantes não ter informação nenhuma disso.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado pela participação, Vereador Police.

O Sr. Paulo Massato deve ter entendido que esta é uma casa política. Para a sociedade, claro, a Sabesp, a meu ver, tem adotado transparência enorme em tudo, tem dado

informação à beça e, como disse o Paulo Massato, há especialistas de todos os lados. Obviamente, como é um ano eleitoral e há uma questão política, não basta a informação de que se tem água na torneira ou não se tem água na torneira. As pessoas querem saber se a Sabesp está racionando ou não a água. Então, se começa a discutir qual a pressão que tem. Ninguém nem sabe sobre essa coisa de pressão. Mas, como há a tentativa de politizar alguma coisa que não deveria ser politizada... Eu então pediria suas respostas mas sobre o que interessa mais à sociedade, até com a linguagem que as pessoas entendem. Não sei se “x” de pressão é bom ou ruim. É como quando cai avião: todo mundo entende de avião. Fala-se em propulsor, da manete não sei do quê... Agora, água é pressão, é bombeamento, é volume morto, etc, com chutes para todo lado, na tentativa do quanto pior, melhor. Não é o nosso objetivo. Então, por favor, Sr. Paulo Massato.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Primeiro, eu gostaria de reforçar que toda a minha equipe da Sabesp, todos os nossos gestores e superintendentes, estamos 24 horas trabalhando na busca de soluções para manter o abastecimento regular. O volume de nove metros cúbicos por segundo, que reduzimos na produção, seria conseguido se fôssemos fazer um rodízio de 32 horas com água e 76 horas sem água. Então, para conseguir, via rodízio, a mesma economia que estamos tendo com essas ações que estamos realizando, seria esse rodízio muito drástico: um dia e meio com água e 5 dias e meio sem água. É impossível imaginar que a gente consiga fazer rodízios decentes e que funcionem minimamente numa região com 8,5 milhões de habitantes com 5 dias sem água, de forma organizada.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Paulo, quando eu falei em politização, eu não queria que fosse confundido, porque o Vereador Police Neto falou na pressão. Mas o Vereador Police Neto é um dos que estudaram e eu, aliás, me baseei muito nas informações que S.Exa. pegou de contrato etc, que estudou com profundidade essa questão. É só esse o esclarecimento. Obrigado.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Eu só queria ressaltar então que essa redução de pressão de 9 metros cúbicos por segundo, que nós continuamos realizando intervenções, ações e obras, para reduzir mais ainda, porque a crise é muito séria, seria possível, se implantássemos um rodízio de 1 dia e meio com água para 5 dias e meio sem água. É esta a equivalência do que fizemos. E nós estamos garantindo a qualidade de vida e a saúde da população. Porque rodízio significa que, nos 5 dias sem água, os tubos todos – nós vamos fechar a saída do reservatório... Por exemplo, o reservatório que atende esta região, o da Consolação: se sua saída for fechada por 5 dias para toda esta região, com 5 dias sem água, a norma técnica brasileira diz que a população tem de ter na sua residência, no seu edifício comercial, reserva para 24 horas, inclusive para combate a incêndio. Ou seja, ele utilizaria 1 dia e meio de água, mais 24 horas de sua reserva e ficaria 3 dias sem nenhuma gota d'água. É isso que é um rodízio. A rede vazia aumenta o risco de contaminação. Porque, descendo a água para as regiões mais baixas da cidade, vai se formar um vácuo na tubulação que tende a puxar a água contaminada do lençol freático. Então, quando voltasse a normalidade, haveria riscos à saúde da população. São essas as ações da Sabesp com que se procura evitar e até agora conseguimos.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Paulo, quantas vezes você falou disso publicamente?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Eu já falei pelo menos umas dez vezes.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – E quantas vezes a Presidente da Sabesp informou publicamente à sociedade que os 9 mil metros cúbicos, quando suprimidos, dariam um racionamento, ou um rodízio de 5 para 1,5?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Eu não... Quanto à Dilma, não posso... Eu confesso que não sei o quanto a Dilma...

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Quanto você acha que desses 8,5 milhões de habitantes tem a informação que você trouxe para nós? De verdade.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Não sei. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – A explicação dada pelo Sr. Paulo Massato agora é uma explicação clara e objetiva.

Segue Rod 24

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Dos 8,5 milhões de habitantes, quantos você acha que têm a informação que nos trouxe? De verdade?

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO - Não sei. Não sei. Mas, esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – O Vereador José Police Neto tem razão, porque a explicação como dada pelo Sr. Paulo Massato é uma explicação clara e objetiva, compreensível a todos. Efetivamente, acho também que falta para a sociedade.

O Vereador Paulo Fiorilo sentiu-se atingido pelas minhas palavras. Mas, em hipótese alguma...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Não, mas não é isso. Eu estava dizendo, porque esse debate sobre a questão da água a gente tem visto, alias, essa convocação que o Vereador Police fez hoje, o convite, foi muito em função de uma discussão entre a Prefeitura e o Estado com relação ao problema de água, onde na época nitidamente a Prefeitura estava politizando a questão. Então, em absoluto, Vereador Paulo Fiorilo, está aqui para perguntar e se informar, enfim. E como eu disse, é uma Casa política e obviamente, alguma política nós todos, se não fizermos, estamos errando.

Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa tarde, Paulo, Ricardo. Em primeiro lugar, queria parabenizar a nossa Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e a Comissão de Meio Ambiente, faço parte das duas, por esta audiência pública, que considero extremamente importante.

Nobre Vereador Andrea Matarazzo, não podemos limitar essa interlocução com a

Sabesp aqui da Câmara ao período de crise aguda.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO - Concordo plenamente.

O SR. NABIL BONDUKI – As minhas falas são no sentido mais estrutural e estratégico, como o senhor mesmo falou, vocês estão muito preocupados com o curto prazo. Estou preocupado com o médio e o longo prazos. Acredito que a nossa situação se agrave progressivamente.

O nosso problema não é conjuntural e sim estrutural. Tem a ver com várias questões, inclusive com o fato de a região Metropolitana não conseguir produzir água o suficiente para abastecer a sua população e precisar importar água de outras bacias. O Cantareira é o exemplo mais claro disso, fora outras ações que a Sabesp já está realizando, como trazer água de outras bacias, principalmente do sul do Município.

Quero falar do médio e do longo prazo. Médio prazo que eu digo é para a primavera deste ano de 2014. Com a adução do volume morto parece aparentemente - eu até senti nas pessoas certo alívio – que saímos de um dígito, porque estávamos com nove no dia 5 de maio; estávamos com 9,8% e, de repente, no dia 25, estávamos com 25% dos nossos níveis.

No entanto, quero chamar a atenção para o seguinte: no dia 5 de maio de 2013, estávamos com 62%. No dia 19 de dezembro, estávamos com 29,5%, portanto, tínhamos caído 33%. Dia 19 de dezembro foi o início do verão, portanto, perdemos 33% da nossa reserva nesse período de maio a dezembro, ou seja, em seis meses.

Raciocinando a situação análoga – não estamos falando da falta de chuva de verão, estamos falando do momento de estiagem – a possibilidade de chegarmos à primavera com nível abaixo de um dígito e abaixo do que estávamos no dia 6 de maio é bastante grande e provável. Ademais, sabemos que quanto mais baixas as represas estão, o nível de absorção que ficou sem volume de água é maior. Portanto, apesar da recuperação – quero fazer essa pergunta – é menor a possibilidade de quando as bacias ainda estão cheias.

Então, vejo a questão com muita preocupação no que se refere a médio prazo,

porque há um risco muito grande – sem contar o fato de se transferir para outras bacias, para outros reservatórios, o que poderá também fazer com que esses outros reservatórios atinjam níveis preocupantes nesse período e o problema da Cantareira ser transferido.

Estou falando tudo isso sem a intenção de politizar a questão com o Estado. Tanto a sua Dilma como a nossa, nessa questão da água e da energia – a Sra. Dilma e o Sr. Governador, no caso - estão agindo com irresponsabilidade não chamando o País para a gravidade do problema da água e a necessidade de se assumir um nível de racionamento bastante estrito, uma vez que a situação conjunturalmente não é leve.

Acredito que a população hoje, por mais que tenha reduzido com bônus – tudo bem, bônus pode até ser bom, mas não é um bônus; na verdade já deveríamos ter tido há muito mais tempo uma política de onerar mais fortemente os consumos exagerados de água que temos principalmente em algumas classes sociais e a população tomar consciência de que há a necessidade do racionamento, do uso racional da água, do reuso da água, outra questão que deveria ter sido muito mais estimulada é fundamental para se pensar numa questão estratégica.

Desse ponto de vista, não quero me estender, a questão do programa de reduções e perdas é importante. Não quero entrar em detalhes, como por exemplo, se está a nível suficiente ou não, mas é importante e tem de ser aprofundado.

Mas, gostaria que pudéssemos iniciar um diálogo sobre as ações fundamentais para estruturalmente reduzir e racionalizar o uso da água. Isso tem implicações muito grandes nas ações que o Município pode fazer. Nós, por exemplo, fomos fazer a revisão do Código de Obras no Município, previsto para após a aprovação do Plano Diretor. Quero fazer uma pergunta específica: estamos incluindo o pagamento de serviços ambientais, porque o problema das nascentes é grave, quer dizer, temos visto crescentemente empreendimentos imobiliários, de infraestrutura, o próprio Rodoanel abalar e gerar impactos muito fortes na questão das bacias que abastecem o sistema de água.

Estamos introduzindo no Plano Diretor um instrumento do pagamento de serviços ambientais para a região do Município, principalmente a zona Sul de São Paulo, onde há a Guarapiranga abastecendo 25% do consumo da região Metropolitana. Estamos prevendo, no Plano Diretor, que 10% dos recursos do FEMA serão destinados a essa questão.

Queria perguntar-lhe se a Sabesp tem algum programa - programa ela não tem -, mas se tem alguma proposta de criação de programa de pagamento de serviços ambientais para as áreas que são produtoras de água ou que são protetoras às águas geradoras de águas no Município de São Paulo? Porque entendo que se não tratarmos esse assunto com seriedade, a longo prazo esse problema que hoje é conjuntural se tornará permanente. E a possibilidade de a gente ter água como tem sido usada hoje é bastante restrita.

Outra pergunta é a seguinte: O que o Município pode fazer em relação ao Sistema Cantareira? Em relação ao sistema Guarapiranga, já estamos fazendo, criando zona rural, o pagamento dos serviços ambientais, restringindo o processo de expansão urbana do Município. Mas, o que o Município pode fazer em relação ao Sistema Cantareira, cujas bacias formadoras estão fora do Município? O que o Município pode fazer em relação ao sistema propriamente dito?

A terceira pergunta é: em relação à questão de água do subsolo, o senhor acabou de falar do problema de eventual contaminação das águas de subsolo, mas quais são as possibilidades da utilização da água do subsolo para alguns usos como uma fonte alternativa que possa ser utilizada?

A gente sabe que a Sabesp tem restrições a isso. Muitos veem essas restrições pela intenção da Sabesp de vender água. A Sabesp, sendo uma empresa de capital aberto, com ações na Bolsa de Valores, inclusive em Nova Iorque, tem uma lógica que não é necessariamente a lógica da prestação de serviços, mas é também a lógica do lucro.

Não sou necessariamente contra isso, mas desde o final do século XIX, quando houve a estatização do Sistema Cantareira – o Sistema Cantareira lá atrás foi a Cia. Cantareira

de Água e Esgoto em 1894. Fizeram a estatização porque efetivamente se tratava de uma questão de saúde pública ou de serviço absolutamente essencial. Serviços absolutamente essenciais não podem ser tratados exclusivamente sob a ótica do lucro; não podem ser tratados também pela lógica do lucro, porque às vezes a lógica do lucro se sobrepõe à lógica da prestação de serviços. Talvez essa seja uma das razões pelas quais estejamos chegando ao limite do esgotamento do sistema, ou seja, quanto mais se consome água, maior é o recurso que se aufere na empresa.

Então, a questão do racionamento tem um impacto relacionado com o quanto a Sabesp vai vender de água e de que maneira ela vai tratar essa questão. Mas, vejo isso com muita preocupação e esses dados mostram que poderemos inclusive não ter água, estamos rezando para que chova. Acredito que há uma imprevidência em relação a esse tema.

Na questão da energia, talvez também haja uma imprevidência, porque se trata das mesmas questões que valem para a água como: o uso nacional da energia, a questão de racionamento, a questão de repensar de maneira mais sustentável a utilização da energia. Não quero politizar a questão em relação ao Estado; é uma questão de sustentabilidade da nossa sociedade que realmente está sendo deixada de lado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado, Vereador Nabil Bonduki.

Vou fazer a abertura da 10ª reunião da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e adiar os itens da pauta para darmos continuidade a esse assunto por ser de interesse de todos os Srs. Vereadores.

Na qualidade de presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 10ª reunião ordinária do ano de 2014.

Informo que esta reunião será transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço – www.camara.sp.gov.br, links Auditórios On-Line.

Tem a palavra o Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Tendo em vista a importância da audiência pública que está sendo tratada, peço o adiamento de todos os itens da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – A votos o adiamento de todos os itens da pauta. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Tem a palavra o Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Apenas gostaria que reservássemos do nosso tempo de reunião no mínimo 15 minutos para debater os encaminhamentos relativos ao Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Vereador, debateremos esse assunto fora de reunião, pois preciso fazer o encerramento desta. Fica o pedido também do Vereador José Police Neto no sentido de refazer as audiências públicas da semana passada, que foram prejudicadas.

O SR. NABIL BONDUKI – É sobre esse assunto mesmo que eu gostaria de tratar.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Vereador, trataremos desse assunto fora da reunião ou faremos uma extraordinária. Os itens foram adiados de acordo com a proposta do Vereador Dalton Silvano. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Como havíamos combinado, daremos continuidade à audiência pública referente ao rodízio de águas pela Sabesp.

Tem a palavra o Sr. Paulo Massato para responder os questionamentos do Vereador Nabil Bonduki.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Primeiramente, Vereador Andrea Matarazzo, eu queria uma questão de ordem. Fui convocado e a primeira convocação estava prevista para que eu ficasse até as 12h30. Na segunda colocação, esta reunião iria até as 13h30. Até aí, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – O horário é até às 13h30.

O SR. PAULO MASSATO YOSHIMOTO – Está bem, porque às 14 horas eu tenho

uma reunião com o presidente da Agência Nacional da Arcol para definir as futuras vazões e as regras para o Cantareira.

Vereador Nabil Bonduki, suas colocações são bastante pertinentes, mas começaria com a questão dos serviços ambientais. Entendemos que a Sabesp é uma concessionária de serviços de saneamento básico de água e esgoto. É claro que tem impacto direto com o meio ambiente, principalmente com o meio ambiente urbano. Uma parte é o meio ambiente rural, onde estão os nossos mananciais. Os mananciais, de forma geral, são outorgas e entre aspas, não são da Sabesp. A água não é da Sabesp. A água é um bem público. E uma boa parte dos ativos, as barragens também não são da Sabesp. Elas são ou da Eletropaulo, ou EMAE ou DAEE e a Sabesp explora o uso da água.

Então, nós entendemos - e seria muito bem-vindas ações de preservação dos mananciais, preservação das nascentes - que há uma ação da área pública direta. Já conversamos muito com a SMA, Secretaria do Meio Ambiente do Estado. Lá existem iniciativas para fazer a recuperação e a proteção de nascentes.

A Sabesp, apesar de ser uma empresa estatal - seu maior acionista é o Governo do Estado, mas há parte de suas ações na Bovespa e na Bolsa de Nova York -, essa modelagem de gestão nos obriga - nós, empregados Sabesp - a buscar a melhor forma de gestão para melhor satisfação da população, dos clientes que temos. Nossa evolução na produtividade, na qualidade da prestação de serviços e de nossos produtos, sempre buscou melhorias. Sempre fomos auditados. Todos os indicadores de produtividade, de administração são auditados por entes externos reconhecidos internacionalmente e estamos aí, cada vez mais, buscando melhorias.

Um dos indicadores que temos de buscar é eficiência econômica. Essa eficiência econômica permite que a Sabesp consiga levar benefícios à população. Exatamente com o chamado "lucro da empresa" é que faz investimentos na melhoria do abastecimento de água, na coleta do esgoto, o no meio ambiente com o tratamento do esgoto. Não há recurso a fundo perdido na Sabesp. Nem município nem Estado nem União colocam um centavo na Sabesp para atender à população. Mesmo assim a Sabesp tem a 18ª tarifa mais baixa do Brasil, muito menor do que do Piauí, Acre, Brasília, Rio de Janeiro. Entendemos que prestamos serviço com

um preço, com uma tarifa módica à população. Só como referência: hoje, nossa tarifa social é de 5 reais por 10 mil litros de água. Menos de 0,50 centavos por mil litros de água. A nossa prestação de serviço está com boa qualidade, podemos e devemos melhorar, devemos buscar melhorias, e os preços são compatíveis com a realidade da nossa população.

Como atuo há 40 anos no setor, acho que falta uma política nacional de saneamento, para alocarmos recursos e atender à população mais pobre, mais carente. A Prefeitura da cidade de São Paulo, eu não vejo como o Município de São Paulo possa atuar em municípios em que estão nossas barragens: Mairiporã, Joanópolis, Vargem, Bragança Paulista. Estão muito distantes. Então, não consigo ver como o Município de São Paulo possa atuar nesses municípios pensando principalmente no uso e ocupação do solo.

Fico feliz, satisfeito quando vejo a preocupação do Legislativo Municipal em atuar no uso e ocupação do solo dos mananciais que estão no Município de São Paulo, em particular na Guarapiranga e em parte da Billings. É importante porque a grande ocupação irregular aconteceu nas últimas décadas exatamente sobre os mananciais. O planejamento de uso e ocupação do solo nas áreas de mananciais adotado pelo Município de São Paulo será exemplo para o Brasil. Outros municípios poderão adotá-lo, como adotam e adotaram várias diretrizes e legislações saídas do Município de São Paulo. Municípios da grande São Paulo e do Cantareira poderão adotá-lo. E nós, através da Secretaria de Meio Ambiente, conversando com os municípios do Cantareira, podemos levar o modelo de uso e ocupação do solo de São Paulo para que façam reflexões e, eventualmente, implantem modelos semelhantes.

Quanto à utilização do subsolo, os poços da cidade de São Paulo, a maioria está sobre o cristalino, com exceção da região da Paulista, que é um solo aluvionar. Nele há possibilidade de aproveitamento de água subterrânea. Nas demais áreas – Cantareira, Paraipeiros, Grajaú, Jardim Ângela – o subsolo é sedimentar, é preciso achar uma falha na rocha para obter água.

A vazão de um bom poço é de 50 metros cúbicos por hora. O dimensional para atendermos à demanda dos 11 milhões de habitantes do Município de São Paulo tem de ser litros por segundo, no mínimo, não pode ser metros cúbicos por hora. Essa diferença entre metro cúbico e litro por segundo demonstra que poço nunca será a solução para um abastecimento público de grande escala. É possível ter um poço para um hotel? É possível, principalmente se estiver na região da Paulista, num solo aluvionar. Se não, não é solução adequada para abastecimento público. Até porque nos poços da região Sul – Eng. Marsilac, etc

– há muito ferro e manganês. Essa é uma água que não pode ficar sem tratamento. Para furar um poço o custo é de 200 mil; e o tratamento custa em torno de 3 milhões de reais. Essa é a nossa experiência de aproveitamento de água subterrânea na região Sul de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Paulo, muito obrigado.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Presidente, na realidade, não estamos numa agência reguladora, estamos na Câmara Municipal de São Paulo, local composto por vários partidos e o debate sempre será político e com o intuito de contribuir.

Na discussão na Comissão do Meio Ambiente dissemos que era preciso dialogar com a Sabesp não só nos momentos de crise, como também para que possamos ter permanente cuidado com o que é mais precioso para a cidade, para os seus moradores, a água.

Sr. Ricardo, a Prefeitura participa desse conselho, e uma das perguntas do Vereador Neto foi quanto à redução da pressão. A Prefeitura ou o comitê foi informado pela Sabesp quanto à redução da pressão?

O SR. RICARDO GASPAS – O Comitê Gestor é formado pela Prefeitura, pelo Governo do Estado e pela Sabesp. Há representantes, secretários municipais, estaduais e a Sabesp, todos participam das reuniões que se realizam ordinariamente, mensalmente ou bimestralmente. Por rodízio, hoje, a Prefeitura assume a presidência do comitê. Essa é a dinâmica da organização dos trabalhos. Esses trabalhos se dão numa base absolutamente colaborativa, sem qualquer tipo de politização desnecessária, que não leva a nada.

O tema da pressão, eu disse, eu trouxe à tona e não por acaso estava nas questões que o Vereador Police iria indagar a seguir. Acho que teve de sair e não pode fazê-lo. Trouxe a questão da pressão porque achei pertinente ao tema do racionamento sem ser, digamos, racionamento propriamente dito; e por ter sido levantado por representantes em entrevistas e em manifestação recente – há 22 dias – no Comitê da Bacia Hidrográfica. A Sabesp fez exatamente essa comparação do que está representando ações justas, adequadas da Sabesp para gerir no curto prazo a crise da água, e o tema pressão também fazia parte desse pacote.

No caso da Prefeitura, a nossa capacidade, embora assumamos a presidência do Comitê Gestor, é limitada. Na última reunião do Comitê, como em todas, em geral é o Paulo Massato que faz exposição sobre investimentos, metas, sobre os programas específicos. Mais

recentemente, o tema Cantareira, a crise hídrica é item permanente da pauta, foi e continuará sendo. Claro, é o assunto da vez.

Paulo Massato, na última reunião, fez menção ao tema pressão, o que levou o Secretário Francisco Macena – e não sei detalhes, estou com o ofício aqui – a solicitar, uma atitude completamente responsável, a alertar, na mesma direção do Paulo Massato, os gestores de equipamentos públicos municipais – postos de saúde, unidades escolares, etc – a economizarem água. Esse é o sentido fundamental, e tendo em vista a redução de pressão em momentos específicos, que se tomasse cuidado no sentido de economizar, manter a caixa em nível adequado. E quando houvesse algum problema, como temos recebido casos específicos, nos avisassem.

Recebi um caso recente de uma unidade escolar em Vila Ramos, Itaquera, que teve de suspender as aulas. E não era um problema da unidade escolar, mas do quarteirão, e tiveram de suspender as aulas por falta d'água. Isso é algo que ocorre e temos de ter tranquilidade com essa situação.

O SR. PAULO FIORILO – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra o Vereador Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Presidente, sobre a questão do pagamento de serviços ambientais, parece-me que como a Sabesp tem como principal fonte de serviço de saneamento a água, portanto, tem de garantir a permanência das nascentes, dos córregos, das áreas; parece-me que deveria se preocupar em garantir que os municípios em que estão as nascentes possam ser remunerados, remunerarem os proprietários e que possamos mudar a nossa lógica. A lógica na região metropolitana é que a terra urbana vale muito mais do que a terra preservada. Portanto, se não houver uma contrapartida à terra preservada, a tendência é que os processos de ocupação... Parece-me – falo como sugestão – que a Sabesp precisa aproveitar parte do seu lucro e dedicar ao pagamento de serviços ambientais, sobretudo aos voltados à produção de água.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Agradeço muito a presença do Paulo Massato, pela exposição que nos fez, com toda sua experiência falando sobre tudo que a Sabesp tem feito para manter o abastecimento de São Paulo de forma normal e regular.

Paulo, gostaríamos que viesse em outras ocasiões, pois, efetivamente, nos deu uma aula de saneamento.

Ricardo Gaspar, obrigado pela sua presença.

A todos que estão aqui, aos que nos assistiram, muito obrigado por participarem desta audiência pública.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos.